



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640142 - CE (2021/0013296-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : MARCOS AURELIO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : MARCOS AURÉLIO OLIVEIRA DA SILVA - CE029280
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : PEDRO FERREIRA SALES JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : FRANCISCO GLEISON DO NASCIMENTO SANTOS
CORRÉU : MAYCON SOARES GABRIEL
CORRÉU : MISAEL SANTIAGO MATOS
CORRÉU : YURY ALVES DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO FERREIRA SALES JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0638363-67.2020.8.06.0000).

O paciente foi preso preventivamente e pronunciado como incurso no art. 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a autoridade impetrada teria descumprido a decisão proferida no HC n. 537.323/CE, no qual concedeu-se a ordem de ofício, para determinar que as instâncias ordinárias dessem prioridade no julgamento do paciente.

Afirma que o acusado está preso desde 4/7/2014 sem que tenha sido submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, a ponto de restar configurada a ilegalidade da preventiva por excesso de prazo.

Argumenta que o réu é primário, de bons antecedentes, possui ocupação lícita e residência fixa, circunstâncias que autorizariam a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Assevera que o conjunto probatório arrecadado pela autoridade policial seria frágil.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a incidência de providências cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto impugnado deixou assente a necessidade de manutenção da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fls. 45):

Sobre a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, incidente o teor da súmula 21 do STJ, “pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de

prazo na instrução”.

Nesse contexto, sem mais delongas, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, estando o feito com decisão de pronúncia prolatada, inclusive com recurso obstativo do seu regular prosseguimento julgado, com decisão denegatória, e trânsito em julgado.

Ademais, trata-se de feito complexo, com pluralidade de réus, presos em comarcas diversas, o que demandou esforços, a mais do Judiciário, com práticas de atos processuais através de Cartas Precatórias, circunstância, sabida, resulta em maior elastério dos prazos processuais.

Mesmo assim, a Ação Penal está em vias de ser submetida ao Júri Popular, como antedito, que demonstra a diligência do juízo processante. De todos sabido, para que se tenha pela ocorrência ou não da configuração de constrangimento ilegal por excesso de prazo, é mister que sejam consideradas todas as circunstâncias do caso concreto, de forma a constatar que existe injustificada tardança processual.

Nesse passo, ao meu sentir, apesar de verificar a transcorrência do lapso temporal relatado na impetração, tenho-o por insuficiente a ensejar a soltura do paciente.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência